

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

ACTA Nº 1 DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO CONCELHO DE PORTO DE MÓS, REALIZADA EM VINTE E QUATRO DE FEVEREIRO DE DOIS MIL E DEZASSETE

-----Aos vinte e quatro dias do mês de fevereiro de dois mil e dezassete, pelas vinte horas, no Edifício da Assembleia Municipal, sito no Solar dos Gorjões, no Largo de S. João Baptista, em Porto de Mós, reuniu, em sessão ordinária, a Assembleia Municipal, devidamente convocada, e com a seguinte ordem de trabalhos:-----

-----1.Voto Pesar falecimento Eng.º Artur José Pontvienne Homem da Trindade; (apreciação, discussão e votação) -----

-----2. Voto Pesar falecimento Dr. Silva Marques; (apreciação, discussão e votação) -----

-----3. Eleição de representante da Assembleia Municipal de Porto de Mós para a Assembleia Intermunicipal da Região de Leiria; (apreciação, discussão e votação) -----

-----4. Modificações Orçamentais – 1.ª Revisão ao Orçamento do Ano de 2017; (apreciação, discussão e votação) -----

-----5. Modificações orçamentais – 1.ª Revisão às Grandes Opções do Plano do Ano de 2017; (apreciação, discussão e votação) -----

-----6. Pedido de autorização prévia da Assembleia Municipal para a assunção de compromissos plurianuais, nos termos do disposto na alínea c) do n.º 1 do art.º 6.º da Lei n.º 8/12, de 21 de fevereiro – Encargos Plurianuais para renovação do contrato de Prestação de Serviços de Recolha e Transporte a Destino Final de Resíduos Sólidos Urbanos e Limpeza Urbana no Concelho de Porto de Mós com a Empresa SUMA – Serviços Urbanos e Meio Ambiente, S.A.; (apreciação, discussão e votação) -----

-----7. Pedido de Autorização Prévia da Assembleia Municipal para a assunção de Compromissos Plurianuais, nos termos do disposto na alínea c) do n.º 1 do art.º 6.º da Lei n.º 8/12, de 21 de fevereiro – Fornecimento de Energia Elétrica para as Instalações Alimentadas em Média Tensão, Baixa Tensão Especial e Baixa Tensão Normal – Município de Porto de Mós; (apreciação, discussão e votação) -----

-----8. Declaração de Recebimentos em atraso existentes em 31-12-2016; (para conhecimento) -

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

-----9. Declaração Pagamentos em atraso existentes em 31-12-2016; (para conhecimento) -----

-----10. Declaração Compromissos Plurianuais existentes em 31-12-2016; (para conhecimento) -----

-----11. Processo n.º 15/2013 requerente Amílcar José Alípio Alves – Pedido de reconhecimento Interesse Público Municipal; (apreciação, discussão e votação) -----

-----12. Protocolo entre o Município de Porto de Mós e EDP Distribuição – Alteração do Anexo I ao contrato de concessão de distribuição de energia elétrica em baixa tensão; (apreciação, discussão e votação) -----

-----13. Moção Taxas de Servidão Agrícola a partir de Estradas Nacionais e Regionais; (para conhecimento) -----

-----14. Informação nos termos da alínea c), nº 2 do artigo 25º da Lei 75/2013, de 12 de Setembro. (para conhecimento) -----

-----**1 – ABERTURA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL – CHAMADA:** -----

-----Faltaram à sessão, os seguintes membros: António Pereira Carvalho (PS); Júlio João Carreira Vieira (PSD - Falta Justificada); Luís Manuel Coelho de Almeida (PSD); Olga Cristina Fino Silvestre (PSD-Falta Justificada). -----

-----Estavam presentes, pela Câmara Municipal, o senhor Presidente João Salgueiro, e os senhores Vereadores Albino Pereira Januário, Anabela Martins, Rui Fernando Correia Marto, António José Jesus Ferreira e Nélia Maria da Piedade Nogueira e a Chefe de Divisão Neuza Morins.-----

-----A prestar apoio à Assembleia Municipal, nos termos do nº 2 do artigo 26º da Lei 75/2013 de 12 de setembro, encontravam-se as Assistentes Técnicas Maria Fernanda Pinguicha Toureiro e Maria Alina Santos Areias.-----

-----O membro desta Assembleia Municipal eleito pela lista do Partido Socialista, Maria Inês Freitas Amado, pediu a suspensão do mandato pelo período de seis meses, por motivos profissionais.-----

-----**2. APROVAÇÃO DA ACTA DA SESSÃO ANTERIOR:** -----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

-----O senhor Presidente da Assembleia Municipal, passou depois a perguntar à Assembleia Municipal se alguém queria fazer algum reparo à ata da anterior sessão ordinária. Não havendo qualquer reparo a fazer, passou então o senhor Presidente da Assembleia a pôr a votação a referida ata, tendo a mesma sido **aprovada por maioria, com uma abstenção**.-----

-----3. LEITURA DO EXPEDIENTE:-----

-----O Senhor Presidente da Assembleia fez depois referência à correspondência recebida nos respetivos serviços desde a realização da última sessão desta Assembleia, ficando a mesma disponível para consulta de quem assim o pretenda.-----

-----4. PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA:-----

-----Entrando no período de antes da ordem do dia o senhor Presidente da Assembleia passou a referir que estavam abertas as inscrições para quem quisesse intervir.-----

-----**Antonio da Conceição Ferraria (CDU):**-----

-----Depois de cumprimentar todos os presentes, passou a referir-se ao problema de falta de médicos nos Centros de Saúde do concelho de Porto de Mós.-----

-----Referiu depois o péssimo estado em que se encontra a estrada de Covão de Frades bem como a estrada da Fornea. Disse ainda que foi visitar a escola Dr. Manuel Oliveira Perpétua tendo-lhe sido dito que estavam a aguardar autorização para realização de obras para reparação de infiltrações, tendo-se ainda referido ao restauro do campo de jogos.-----

-----**Antonio Manuel de Sousa Pires (PSD)**, usando da palavra, disse que apenas queria ser esclarecido sobre o ponto de situação do hotel, achando que já está na hora de a obra avançar.--

-----**Joaquim Santiago Virgílio Alves (PS):**-----

-----Crítico o facto de se permitir a construção de muros de vedação das casas rente ao alcatrão, não deixando espaço para valetas e/ou passeios, achando que está na altura de se alterar essa situação.-----

-----**Artur José dos Santos Vieira (Presidente da Junta de Freguesia de Mira de Aire – PS):**-----

-----Usando da palavra disse que gostaria de falar sobre a comunidade cigana que está em Mira de Aire, perguntando o que é que se poderá fazer, face à onda de assaltos que tem vindo a assolar aquela vila, alguns comprovadamente efetuados por indivíduos daquela etnia bem como

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

em relação aos cães que andam à solta, criando perigo para a população. Referiu ainda que tem vindo a Junta de Freguesia a ser alvo de reclamações por parte dos habitantes, estando a gerar-se um clima de medo e instabilidade, falando-se já da criação de um abaixo-assinado.-----

-----**Carlos Manuel Amado Cordeiro (Presidente da Junta de Freguesia de Serro Ventoso – PSD):-** -

-----Veio também, no uso da palavra, referir-se à falta de médicos que também se faz sentir na sua freguesia, perguntando quais as diligencias que o município está a fazer a fim se colmatar esta situação.-----

-----Referiu depois, na sequência do que foi dito na anterior sessão desta Assembleia, de que, se Serro Ventoso fizesse um projeto de requalificação para as minas da Bezerra o Município faria algo. Tendo já contactado um arquiteto para o feito, disse que gostaria de saber se é mesmo assim e se se mantem o que foi dito há três meses. Referiu-se depois às faturas de água que a Junta de Freguesia está a receber para pagar, dizendo que não ficava nada mal à Câmara dar uma contrapartida às freguesias, pois estes consumos são para equipamentos públicos.-----

-----**Filipe da Conceição Batista (Presidente da Junta de Freguesia de Alqueidão da Serra –JFAS):**

-----Usando da palavra começou por referir-se à falta de médicos que se faz sentir na sua freguesia, dizendo que se tem de tomar uma atitude mais firme junto da tutela, nomeadamente junto da Administração Regional de Saúde do Centro. Disse ainda que três mil e quinhentos utentes do Centro de Saúde de Alqueidão da Serra ficaram sem médico de família em virtude de o médico que servia aquele Centro se ter aposentado. Sendo certo que o médico tem todo o direito à aposentação, certo é também que não pediu a aposentação de um dia para o outro, devendo a ARS Centro diligenciar no sentido da colocação de outro profissional da saúde naquele Centro. Passou depois a referir os contactos que fez, conjuntamente com o Presidente da Junta de Freguesia de Serro Ventoso, junto da ARS Centro, dizendo da enorme dificuldade havida para conseguirem ser atendidos. Disse ainda que o Centro de Saúde foi fechado de um dia para o outro sem qualquer tipo de aviso prévio, o que ainda o chocou mais. Assim, disse, na qualidade de representantes do município e das freguesias se calhar é necessário ir um pouco mais além.-----

-----Referiu-se depois às faturas da água dizendo ter ficado surpreendido, perguntando se são mesmo para pagar ou não, dado que é uma situação que se reveste de alguma injustiça, começando por referir alguns exemplos, nomeadamente o caso dos cemitérios dado que quase todas as freguesias têm cemitérios a seu cargo.-----

-----**Mário Alberto Rosa da Cruz (CDS/PP):-**-----

-----Começou por referir a situação da falta de médicos de família no concelho, dizendo não

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

saber que iniciativas foram tomadas por parte do executivo camarário para tentar resolver esta situação, nomeadamente junto da ERS (Entidade Reguladora da Saúde), que desde 2014 também tem competência nesta matéria, nomeadamente em solucionar este tipo de problemas. Perguntou ainda que esclarecimento foram dados aos utentes, porque na ausência de médicos de família também há outras soluções, pelo menos em termos transitórios. Outra questão que referiu e que foi abordada aqui por Antonio Pires, é que se continua a ter à entrada da vila o hotel inacabado, perguntando se essa questão está em vias de se solucionar ou não.-----

-----Outra questão que queria deixar ao senhor Presidente da Câmara tem a ver com o Centro Escolar. É certo que o Centro Escolar está na segunda fase quanto à sua construção, mas o que tem observado é que as condições de segurança em que se encontram as crianças que frequentam o Centro Escolar, são, em sua opinião, amplamente deficitárias. Referiu ainda que se se tratasse de um equipamento privado, haveria alguma dificuldade por parte da própria Câmara Municipal, em deixá-lo funcionar desta forma. Disse pensar que um reforço das condições de segurança ali, nomeadamente no que respeita ao tempo do recreio, com barreiras de outro género, seriam úteis. Disse ainda, que lhe chegou ao conhecimento que estaria em cogitação uma requalificação do atual campo de jogos da Associação Desportiva Portomosense, passando esta a funcionar no atual parque desportivo. Disse que, se isso é verdade, não compreende este tipo de prioridades e porquê agora, mas esta notícia que lhe chegou, carece de confirmação.-----

-----Disse depois que sabe que já está em projeto a rotunda da Tremoceira, no IC2, perguntando quando é que as obras vão efetivamente começar, e que a sinalização atual está recorrentemente intermitente por largos períodos de tempo, oferecendo perigo iminente.-----

-----Finalmente, referiu-se ao estado deficitário da estrada da Calvaria de Cima (EN 243) perguntando se existe alguma diligência por parte do município, relativamente a essa estrada. -----

-----O senhor Presidente da Câmara passou a responder aos anteriores intervenientes dizendo que a primeira questão que aqui queria abordar, e que foi transversal a todos os intervenientes, tem a ver com a falta de médicos no concelho. Da reunião que teve com a senhora diretora do ACES de Leiria, disse que, trata-se de uma situação que não é fácil de resolver, sendo que a Câmara aqui, apenas pode fazer alguma pressão para que o assunto seja resolvido, uma vez que tal não é da competência do Município. Disse depois que não são apenas duas freguesias do concelho que não têm médicos, mas que são muitas mais. Continuou dizendo que, Mira de Aire está deficiente em termos de acompanhamento médico, porque deveria ter três médicos e tem apenas dois. Depois, existe Alqueidão da Serra, S. Bento, Serro Ventoso, Mendiga e Arrimal e a sede do concelho que também não está coberta como deveria ser, havendo algumas graves lacunas. A situação agravou-se para a freguesia de Alqueidão da Serra com a aposentação do médico que ali servia. No entanto, aquilo que sabe é que ele foi convidado a regressar e que teria aceite a voltar ao serviço, mas apenas a 50% do horário, o que resolveria a situação de Alqueidão da Serra.-----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

-----Continuou dizendo que as únicas freguesias que neste momento não têm problemas são Pedreiras, Juncal e Calvaria de Cima, fruto do bom funcionamento da Unidade de Saúde Familiar, deixando no entanto aqui um alerta: se as obras não avançarem rapidamente para realojar a Unidade de Saúde Familiar em Calvaria de Cima, a mesma pode ser encerrada e ser deslocada para o Juncal. Disse ainda que, aquilo que a diretora do ACES lhe disse, era que em abril/maio seriam colocados no concelho mais dois médicos o que resolveria um pouco o problema na parte da serra, sendo necessário no entanto que eles concorram para estes lugares. Disse depois aceitar a sugestão que aqui foi dada, pretendendo agendar uma reunião com a diretora do ACES, fazendo-se acompanhar dos Presidentes de Junta de Freguesia que assim o entenderem, a fim de que ela própria faça as sugestões tendentes à resolução de tão grave problema para o concelho.--

-----A **Antonio Ferrara**, disse quanto à questão da estrada da Fornea, que não é fácil arranjar aquele caminho. Para além disso, disse achar que não seja vantajoso arranjar aquele caminho para que se vá de carro visitar a Fornea, atendendo aos problemas ambientais que se levantam. Quanto à escola Dr. Manuel Oliveira Perpetua, esta não é da responsabilidade da Câmara, não obstante ter conhecimento e já ter manifestado a sua preocupação sobre algumas situações que ali existem.-----

-----A **Antonio Pires** disse sobre o hotel, que iria passar aos membros da Assembleia o projeto que está neste momento na Câmara, se bem que existe uma correção a fazer, não sendo o último piso autorizado. No entanto a situação tem evoluído porque para se poderem fazer algumas alterações que o promotor pretende, teve que se alterar o loteamento. Aproveitou para dizer que as ruínas que estão ao lado, já foram vendidas, havendo já um promotor que quer recuperar o edifício mantendo os índices de construção que lá estão.-----

-----A **Joaquim Santiago** respondeu, na questão da construção dos muros, que nem sempre é exigível um afastamento de oito metros. Se houver alinhamentos pré-definidos, são menos. Disse ainda saber a que muro aquele se estava a referir, dizendo que no local havia um muro pré-existente e aquele foi alinhado por este, porque a lei permite isso.-----

-----Ao **Presidente da Junta de Freguesia de Mira de Aire** disse não saber exatamente o que responder quanto à comunidade cigana. Acrescentou ainda que tem sido feito algum esforço, bastando ver a comunicação social dos últimos dias. Disse ainda que a GNR tem feito uma grande pressão para que haja algumas regras, nomeadamente quanto aos cães vadios.-----

-----Ao **Presidente da Junta de Freguesia de Serro Ventoso**, disse quanto às faturas da água, que na última sessão desta Assembleia disse aqui que as regras iriam ser alteradas por exigência do

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

ERSAR – os cemitérios, as casas velório e as Juntas de Freguesia estão todas elas com contador. -----

-----A **Mário Cruz** disse que efetivamente neste momento se está a avançar com a segunda fase da construção do Centro Escolar de Porto de Mós. Disse depois que a obra foi faseada por forma a manter ali os alunos, porque se assim não fosse, estes estariam alojados em contentores. Disse saber que as condições do recreio não são as melhores. Quanto à questão da segurança, disse não concordar, porque indo lá praticamente todos os dias, apercebe-se que as condições de segurança são cumpridas. Disse ainda que na próxima semana já estaria concluído um espaço de recreio para as crianças. Quanto à referência que fez ao campo de jogos da ADP, disse que desconhece por completo o que referiu aqui. Disse ainda que, e atendendo ao tempo que resta deste mandato, por si não haverá qualquer alteração relativamente a este assunto.-----

-----Quanto à rotunda do IC2, disse que a obra está em concurso, sendo executada em breve. Quanto à estrada da Calvaria de Cima, disse que não é a EN 243, pois trata-se de uma estrada municipal, estando previsto fazer-se a ligação da rede de saneamento para depois se colocar um pavimento naquela estrada, como está acordado com a Junta de Freguesia respetiva.-----

-----A **Carlos Cordeiro** disse ainda, relativamente às minas da Bezerra, que a Câmara mantém toda a disponibilidade, pois como disse, trata-se de um projeto interessante para o concelho.-----

PERIODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO:-----

-----Havendo público presente, o senhor Presidente da Assembleia passou a perguntar se alguém queria intervir não havendo qualquer pedido de intervenção.-----

ORDEM DE TRABALHOS:-----

-----**1.Voto Pesar falecimento Eng.º Artur José Pontvienne Homem da Trindade e 2. Voto Pesar falecimento Dr. Silva Marques:**-----

-----O senhor Presidente da Assembleia Municipal passou a dizer que, pela similaridade destes dois pontos da ordem de trabalhos, os mesmos iriam ser discutidos conjuntamente. Fez ainda referência ao falecimento do pai do membro desta Assembleia Municipal Luís Manuel Coelho de Almeida, propondo que se fizesse um minuto de silêncio em sua memória, apesar do referido deputado municipal não se encontrar presente por motivos de saúde.-----

-----O senhor Presidente da Assembleia Municipal elucidou depois a Assembleia Municipal dos votos de pesar que foram aprovados por unanimidade pelo executivo municipal, pelo falecimento

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

destes dois ilustres portomosenses, e que a seguir se transcrevem:-----

-----FALECIMENTO DE ARTUR JOSÉ PONTVIANNE HOMEM DA TRINDADE-----

-----VOTO DE PESAR-----

-----Presente uma proposta do Presidente da Câmara, no seguinte teor:-----

-----"Foi com profundo pesar que tomámos conhecimento do falecimento do Eng.º Artur Trindade, cujas cerimónias fúnebres se realizaram no passado dia 24 do corrente mês de Janeiro, em Mira de Aire, onde residia e constituiu família.-----

-----Artur Trindade, dedicou grande parte da sua vida na defesa e na promoção do poder autárquico. Entre outras altas funções públicas desempenhadas ao longo da sua carreira, foi Presidente da Câmara Municipal de Porto de Mós, de 1978 a 1985, e Secretário-Geral da Associação Nacional de Municípios Portugueses, de 1986 a 2013.-----

-----Antigo e distinto Autarca Portomosense, era respeitado e visto por muitos como um exemplo a seguir, na defesa dos municípios e do interesse das populações, tarefas que desempenhou sempre com grande entusiasmo e determinação.-----

-----Assim, determinei 3 (três) dias de luto Municipal no Concelho de Porto de Mós, com a colocação da bandeira do Município a meia-haste, e proponho que a Câmara Municipal delibere:-----

-----a) Aprovar um Voto de Pesar pelo falecimento do Senhor Eng.º Artur Trindade, guardando um minuto de silêncio em sua memória;-----

-----b) Manifestar à sua família as mais sentidas condolências, enviando-lhe este Voto de Pesar;-----

-----c) Remeter à próxima Assembleia Municipal este Voto de Pesar para sobre ele se pronunciar."-----

-----FALECIMENTO DO DR. JOSÉ DA SILVA MARQUES-----

-----VOTO DE PESAR-----

-----Foi com profundo pesar que tomámos conhecimento do falecimento do Dr. José da Silva Marques, cujas cerimónias fúnebres se realizaram no passado dia 26 do corrente mês de Dezembro, em Lisboa, onde residia e constituiu família.-----

-----Silva Marques, dedicou grande parte da sua vida na luta contra a ditadura, começou a Política no PCP, foi dirigente político na clandestinidade, afastando-se do partido antes de 25 de Abril de 1974. Precisamente sobre esse período escreveu um livro em 1976, chamado "Relatos da Clandestinidade, o PCP visto por dentro". Entre outras altas funções públicas desempenhadas ao longo da sua carreira, foi Presidente da Câmara Municipal de Porto de Mós, de 1976 a 1979 e mais tarde seria Governador Civil de Leiria. Tendo estado quase 20 anos como deputado na Assembleia da República foi eleito pelo PSD, sempre pelo Círculo de Leiria de 1980 a 1999, chegando a desempenhar o cargo de líder do Grupo Parlamentar.-----

-----Antigo e distinto Autarca Portomosense, era uma figura importante e marcante, sendo

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

respeitado e visto por muitos como um exemplo a seguir, na defesa da Liberdade, pela qual lutou com bravura e determinação.

Assim, determinei 3 (três) dias de luto Municipal no Concelho de Porto de Mós, com a colocação da bandeira do Município a meia-haste, e proponho que a Câmara Municipal delibere:

a) Aprovar um Voto de Pesar pelo falecimento do Senhor Dr. José da Silva Marques, guardando um minuto de silêncio em sua memória;

b) Manifestar à sua família as mais sentidas condolências, enviando-lhe este Voto de Pesar;

c) Remeter à próxima Assembleia Municipal este Voto de Pesar para sobre ele se pronunciar.

Porto de Mós, 27 de Dezembro de 2016.

O Presidente da Câmara, (João Salgueiro)

José Gabriel Pires Vala (PSD):

Usando da palavra disse ser apenas para se associar, em nome de toda a bancada do PSD, a estes votos de pesar de duas ilustres personalidades que representaram dignamente este concelho.

Não havendo mais pedidos de intervenção, foi feito um minuto de silêncio em sua memória, bem como do pai do membro desta Assembleia Municipal, Luís Manuel Coelho de Almeida.

3. Eleição de representante da Assembleia Municipal de Porto de Mós para a Assembleia Intermunicipal da Região de Leiria:

O senhor Presidente da Câmara Municipal passou a referir que, face ao pedido de renúncia ao mandato pelo membro desta Assembleia eleito pelo Partido Socialista, Antonio José Meneses Teixeira, se torna necessária a eleição de um membro desta Assembleia que a represente junto da Assembleia Intermunicipal da Região de Leiria.

Antonio Manuel de Sousa Pires (PSD): passou a intervir para dizer que, aquando da eleição provavelmente se cometeu um lapso, não se indicando um suplente. Em sua opinião, e atendendo a que a pessoa que se está aqui a substituir é um representante do Partido Socialista, vem sugerir que este Partido apresente uma proposta com o nome de um seu eleito diretamente nesta Assembleia.

A bancada do Partido Socialista, perante esta sugestão, fez chegar à mesa da Assembleia uma proposta, designada "lista única", propondo o nome de **Joaquim Santiago Virgílio Alves**, para

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

o efeito.-----

-----Realizada que foi a votação, por escrutínio secreto, obteve a lista supra, a seguinte votação: **1 (um) voto nulo, 5 (cinco) votos brancos e 10 (dez) votos a favor**, pelo que foi eleito **Joaquim Santiago Virgílio Alves, para representar a Assembleia Municipal de Porto de Mós na Assembleia Intermunicipal da Região de Leiria.**-----

-----**4. Modificações Orçamentais – 1.ª Revisão ao Orçamento do Ano de 2017 e 5. Modificações orçamentais – 1.ª Revisão às Grandes Opções do Plano do Ano de 2017:** -----

-----Usando da palavra o senhor Presidente da Câmara estas modificações se devem a duas situações que resultam do seguinte: a Câmara conseguiu a aprovação da candidatura para o saneamento de Mira de Aire e com a assinatura do respetivo contrato, contabilizou-se uma verba para efeitos de receita, de trezentos e noventa e quatro mil euros. Esta verba, foi depois distribuída em função de algumas rubricas. Foi prevista a aquisição de um autocarro no orçamento que aqui foi aprovado em novembro, pelo sistema de *leasing*, tendo ficado prevista apenas a verba de vinte mil euros para este ano, uma vez que o compromisso seria plurianual. Como o *leasing* teria de ser sujeito a visto do Tribunal de Contas, porque para todos os efeitos se trata de endividamento municipal, o que iria tornar todo o processo muito moroso, e como o Município tem condições financeiras para fazer essa aquisição diretamente, tornou-se necessária a alteração dessa rubrica. Para além disso, disse que toda a segurança privada do Papa iria passar por Alcaria, tendo a Câmara assumido o compromisso de fazer obras na helipista, pelo que se impõe a criação de uma rubrica nova, fruto da receita acima referida. Passou depois referenciar outras pequenas rubricas que constam da documentação distribuída oportunamente por todos os membros da Assembleia Municipal.-----

-----Não havendo pedidos de intervenção, foi o ponto 4 da ordem de trabalhos – **Modificações Orçamentais – 1.ª Revisão ao Orçamento do Ano de 2017** – posto a votação, tendo o mesmo sido **aprovado por maioria, com 5 (cinco) abstenções e 21 (vinte e um) votos a favor.**-----

-----Seguidamente o senhor Presidente da Assembleia pôs a votação o ponto 5 da ordem de trabalhos – **Modificações orçamentais – 1.ª Revisão às Grandes Opções do Plano do Ano de 2017** – tendo o mesmo sido **aprovado por maioria, com 5 (cinco) abstenções e 21 (vinte e um) votos a favor.**-----

-----**6. Pedido de autorização prévia da Assembleia Municipal para a assunção de compromissos plurianuais, nos termos do disposto na alínea c) do n.º 1 do art.º 6.º da Lei n.º 8/12, de**

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

21 de fevereiro – Encargos Plurianuais para renovação do contrato de Prestação de Serviços de Recolha e Transporte a Destino Final de Resíduos Sólidos Urbanos e Limpeza Urbana no Concelho de Porto de Mós com a Empresa SUMA – Serviços Urbanos e Meio Ambiente, S.A.:-----

-----O senhor Presidente da Câmara, no uso da palavra passou a explicar a razão de ser deste ponto da ordem de trabalhos, referindo que se trata da assunção de compromissos plurianuais dado que o contrato com a SUMA, válido por 15 anos, terminaria em 2018. Esse contrato reza que qualquer das partes tem de comunicar a sua intenção de renovar o contrato ou de o rescindir, com uma antecedência de um ano sob pena de ele se renovar automaticamente. Neste momento esse contrato só pode ser prorrogado por mais cinco anos. Tendo reunido com a empresa fez algumas exigências para que este contrato fosse renovado, tendo estas sido aceites. Assim e porque se trata de uma renovação por mais cinco anos, tem de haver autorização da Assembleia Municipal para a assunção destes compromissos.-----

-----**Antonio Manuel de Sousa Pires (PSD)** pediu a palavra dizendo que o senhor Presidente da Câmara já respondeu a parte das suas dúvidas, adiantando que se calhar está na altura de se definirem aqui algumas regras. Quer se queira ou não, com a aprovação desta renovação, está aqui a condicionar-se o próximo executivo, porque durante um mandato inteiro relativamente a esta empresa, não poderá fazer rigorosamente nada. Continuou dizendo que não lhe parece muito correto que se esteja aqui a impor a quem venha a seguir, um contrato de cinco anos, de um montante de três milhões de euros, sem concurso.-----

-----O senhor Presidente da Câmara passou a responder ao anterior interveniente, dizendo que se está a passar uma responsabilidade de três milhões de euros, e este executivo teve de assumir uma responsabilidade de nove milhões, porque herdou um contrato que tinha sido feito por quinze anos. O que o contrato diz, é que findos os quinze anos, ele pode ser automaticamente renovado por mais cinco, caso nenhuma das partes o denuncie. A questão aqui relevante é se Porto de Mós precisa ou não daquele serviço. A questão do compromisso para quem vier a seguir, já vem detrás.-

-----**Antonio Pires** voltou a intervir dizendo que, o que fez foi questionar e que tem alguma lógica o raciocínio que fez. Continuou dizendo que, depois da explicação do senhor Presidente e verificando-se que é a ultima renovação não existe impedimento da sua parte.-----

-----Não havendo mais pedidos de intervenção, foi o ponto 6 da ordem de trabalhos - **Pedido de autorização prévia da Assembleia Municipal para a assunção de compromissos plurianuais, nos termos do disposto na alínea c) do n.º 1 do art.º 6.º da Lei n.º 8/12, de 21 de fevereiro – Encargos Plurianuais para renovação do contrato de Prestação de Serviços de Recolha e Transporte a Destino**

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Final de Resíduos Sólidos Urbanos e Limpeza Urbana no Concelho de Porto de Mós com a Empresa SUMA – Serviços Urbanos e Meio Ambiente, S.A. – posto a votação tendo sido **aprovado por maioria, com 5 (cinco) abstenções e 21 (vinte e um) votos a favor.**-----

-----**7. Pedido de Autorização Prévia da Assembleia Municipal para a assunção de Compromissos Plurianuais, nos termos do disposto na alínea c) do n.º 1 do art.º 6.º da Lei n.º 8/12, de 21 de fevereiro – Fornecimento de Energia Elétrica para as Instalações Alimentadas em Média Tensão, Baixa Tensão Especial e Baixa Tensão Normal – Município de Porto de Mós:**-----

-----O senhor Presidente da Câmara deu a palavra ao senhor Vereador Rui Marto que passou a explicar que, isto não é mais que um pedido de autorização para que a Câmara assuma compromissos plurianuais, para abertura do concurso de fornecimento de energia elétrica nas três vertentes – baixa tensão, baixa tensão especial e média tensão. No último concurso, as propostas apresentadas pelos dois candidatos ultrapassaram o valor base que tinha sido colocado em concurso, pelo que não puderam ser aceites, tendo este assunto que voltar aqui à Assembleia Municipal.-----

-----**Antonio Manuel de Sousa Pires (PSD):** Usando da palavra referiu que se trata de uma situação semelhante à anterior, dado que os encargos se estendem para outro mandato. O senhor Vereador esclareceu que aqui não se trata de uma renovação de contrato, mas sim da abertura de um novo concurso.-----

----- Não havendo mais pedidos de intervenção, foi o ponto 7 da ordem de trabalhos - **Pedido de Autorização Prévia da Assembleia Municipal para a assunção de Compromissos Plurianuais, nos termos do disposto na alínea c) do n.º 1 do art.º 6.º da Lei n.º 8/12, de 21 de fevereiro – Fornecimento de Energia Elétrica para as Instalações Alimentadas em Média Tensão, Baixa Tensão Especial e Baixa Tensão Normal – Município de Porto de Mós** – posto a votação tendo sido **aprovado por unanimidade.**-----

-----**8. Declaração de Recebimentos em atraso existentes em 31-12-2016:**-----

-----O senhor Presidente da Câmara passou a elencar alguns dos recebimentos em atraso e que têm a ver essencialmente com o setor de água e saneamento e ainda com refeições escolares.-----

-----**9. Declaração Pagamentos em atraso existentes em 31-12-2016:**-----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

-----O senhor Presidente da Câmara usando da palavra, disse que, com grande satisfação sua, não existem pagamentos em atraso.-----

-----**10. Declaração Compromissos Plurianuais existentes em 31-12-2016:**-----

-----O senhor Presidente da Câmara referiu que, também este ponto é para conhecimento da Assembleia Municipal e que esses compromissos plurianuais constam da documentação distribuída oportunamente.-----

-----**11. Processo n.º 15/2013 requerente Amílcar José Alípio Alves – Pedido de reconhecimento Interesse Público Municipal:**-----

-----O senhor Presidente da Câmara passou a explicar a situação em apreço, dizendo que se trata de uma exploração de mel. Quando o requerente pensou em fazer o pavilhão para apoio a essa exploração, o Plano de Ordenamento do Parque Natural e o PDM permitiam aquela construção. Tendo ele feito o pavilhão sem levantar a licença, o processo de obras caducou. Neste entretanto, houve uma alteração do Ordenamento do Parque. Ou seja, aquela construção que estava feita e que podia ter sido licenciada, agora não é legalizável face à situação existente. De acordo com o Decreto Lei nº 165/2014, existe a possibilidade de o pavilhão ser legalizado, porque está afeto a uma atividade similar a pecuária, e como a lei permite estas legalizações, enquadra-se assim no espírito da lei, conseguindo, se esta Assembleia assim entender ser de interesse público municipal aquela exploração, vir a legalizá-lo, como tem vindo a acontecer com algumas situações que já por aqui passaram.-----

-----**Antonio Manuel de Sousa Pires (PSD):**-----

-----Usando da palavra disse que iria aproveitar esta ocasião para questionar o executivo, dizendo saber que a Junta de Freguesia de Serro Ventoso tem um pavilhão que não está legalizado e perguntando se esse pavilhão não pode ser legalizado desta forma, desculpando-se ao senhor Presidente da Junta de Freguesia de Serro Ventoso por estar a comentar assuntos da sua freguesia. Em relação a este assunto em concreto, disse ser mais uma situação similar às que tem aparecido aqui, recorrentemente.-----

-----**Mário Alberto Rosa da Cruz (CDS/PP):**-----

-----Interveio dizendo que queria que constasse em ata que não participaria na votação deste ponto ausentando-se da sala, por ter ligações do foro profissional com a situação em concreto.-----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

-----O senhor Presidente da Câmara passou a esclarecer **Antonio Pires**, dizendo que, relativamente ao pavilhão da Junta de Freguesia de Serro Ventoso, que referiu, se está a falar de coisas diferentes porque o Decreto Lei nº 165/2014, apenas prevê a legalização de construções que estejam afetas a pecuárias e similares, pedreiras e extração de argilas e indústrias, não se enquadrando o pavilhão de Serro Ventoso em nenhuma destas situações.-----

-----Não havendo mais pedidos de intervenção, foi o presente ponto da ordem de trabalhos - **11. Processo n.º 15/2013 requerente Amílcar José Alípio Alves – Pedido de reconhecimento Interesse Público Municipal** - posto a votação, tendo o mesmo sido **aprovado por unanimidade**.-----

-----**12. Protocolo entre o Município de Porto de Mós e EDP Distribuição – Alteração do Anexo I ao contrato de concessão de distribuição de energia elétrica em baixa tensão:** -----

-----Usou da palavra o senhor Vereador Rui Marto que passou a explicitar o presente ponto da ordem de trabalhos, dizendo que, perante o contrato de concessão que existe da rede elétrica, firmado em 2001, a EDP só assume a reparação das luminárias tradicionais e que já estão obsoletas. Com este novo anexo, há em determinadas áreas e em determinados tipos de candeeiros, nomeadamente de leds, que passam a ser também da alçada da EDP, porque até agora, tudo o que seja iluminação led ou iluminação chamada não corrente não é assumida pela EDP. Com esta alteração, o ónus da reparação e manutenção nesse tipo de luminárias ficará do lado da EDP.-----

-----Não havendo pedidos de intervenção, foi o presente ponto da ordem de trabalhos - **12. Protocolo entre o Município de Porto de Mós e EDP Distribuição – Alteração do Anexo I ao contrato de concessão de distribuição de energia elétrica em baixa tensão** - posto a votação, tendo o mesmo sido **aprovado por unanimidade**.-----

-----**13. Moção Taxas de Servidão Agrícola a partir de Estradas Nacionais e Regionais:** -----

-----O senhor Presidente da Câmara no uso da palavra passou a referir que as Estradas de Portugal, nos últimos tempos, vieram a terreiro, criar uma série de problemas a todas as pessoas singulares e/ou empresas que tinham acessos a partir de estradas nacionais, sendo que os valores em causa para a legalização dos acessos tem a ver com a área de construção. Continuou ainda dizendo que neste momento as Estradas de Portugal suspenderam esta situação por pressão do Secretário de Estado. Foi neste contexto que a Assembleia de Amares aprovou a presente moção, deliberando que dela se desse conhecimento a todas as Assembleias e Câmaras Municipais do país, com vista à criação de um movimento nacional que levasse à revogação da Lei nº 34/2015 de 27 de abril, bem como da Portaria 357/2015 de 14 de outubro.-----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

-----**Antonio Manuel de Sousa Pires (PSD):**-----

-----Usando da palavra, disse que, pelos documentos que lhe foram distribuídos, parte do princípio que a Câmara Municipal se associou a esta moção e que a Assembleia, como reforço daquilo que a Câmara já fez, se devia também associar e solidarizar com o seu teor propondo que o plenário votasse esta proposta.-----

-----Não havendo mais pedidos de intervenção foi posta a votação a proposta apresentada por Antonio Pires da associação à Moção apresentada pela Assembleia Municipal de Amares, tendo a mesma sido **aprovada por unanimidade**, devendo da mesma ser dado conhecimento à entidade proponente.-----

-----**14. Informação nos termos da alínea c), nº 2 do artigo 25º da Lei 75/2013, de 12 de Setembro:**-----

-----O senhor Presidente da Câmara prescindiu de ler o documento enviado a todos os deputados municipais atempadamente, dando conta da atividade do município no período compreendido entre a última sessão da Assembleia Municipal e esta mesma, manifestando a sua disponibilidade para prestar qualquer informação tida por conveniente. Saliu apenas algumas atividades desenvolvidas pela Câmara Municipal, nomeadamente as obras do Centro Escolar de Porto de Mós que decorrem a bom ritmo, bem como as obras de requalificação da escola de Calvaria de Cima que irão avançar entretanto. Quanto à rotunda no IC2/Tremoceira, o concurso está decorrer estando na fase de erros e omissões.-----

-----**MINUTA DAS DELIBERAÇÕES DESTA SESSÃO:**-----

-----Tendo em conta que várias deliberações deverão tornar-se imediatamente executórias, o Presidente da Assembleia Municipal, deu a conhecer aos membros desta, os termos da minuta das deliberações tomadas nos seguintes pontos: 1. *Voto Pesar falecimento Eng.º Artur José Pontvienne Homem da Trindade*; 2. *Voto Pesar falecimento Dr. Silva Marques*; 3. *Eleição de representante da Assembleia Municipal de Porto de Mós para a Assembleia Intermunicipal da Região de Leiria*; 4. *Modificações Orçamentais – 1.ª Revisão ao Orçamento do Ano de 2017*; 5. *Modificações orçamentais – 1.ª Revisão às Grandes Opções do Plano do Ano de 2017*; 6. *Pedido de autorização prévia da Assembleia Municipal para a assunção de compromissos plurianuais, nos termos do disposto na alínea c) do n.º 1 do art.º 6.º da Lei n.º 8/12, de 21 de fevereiro – Encargos Plurianuais para renovação do contrato de Prestação de Serviços de Recolha e Transporte a Destino Final de Resíduos Sólidos Urbanos e Limpeza Urbana no Concelho de Porto de Mós com a Empresa SUMA –*

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

*Serviços Urbanos e Meio Ambiente, S.A.; 7. Pedido de Autorização Prévia da Assembleia Municipal para a assunção de Compromissos Plurianuais, nos termos do disposto na alínea c) do n.º 1 do art.º 6.º da Lei n.º 8/12, de 21 de fevereiro – Fornecimento de Energia Elétrica para as Instalações Alimentadas em Média Tensão, Baixa Tensão Especial e Baixa Tensão Normal – Município de Porto de Mós; 11. Processo n.º 15/2013 requerente Amílcar José Alípio Alves – Pedido de reconhecimento Interesse Público Municipal; 12. Protocolo entre o Município de Porto de Mós e EDP Distribuição – Alteração do Anexo I ao contrato de concessão de distribuição de energia elétrica em baixa tensão; tendo estas sido submetidas a votação e **aprovadas por unanimidade.** -----*

-----O senhor Presidente da Mesa da Assembleia declarou a sessão encerrada às 21.45 horas do dia 24 de fevereiro e para constar se lavrou a presente ata que irá assinar e que eu, Maria Fernanda Pinguicha Toureiro, Assistente Técnica, redigi e subscrevo -----

